

CONTRA A RECESSÃO

Aumenta a vontade política de retomar o crescimento econômico

A retomada do crescimento pelo Brasil é um imperativo de ordem econômica e social. Afinal, argumenta o secretário do Planejamento de São Paulo, José Serra, a renda per capita já se reduziu de 12 a 14% em relação a 1980, e mesmo crescendo a 5% ao ano, daqui para diante, só em 1989 será possível retornar à renda real do início desta década. Assim também o nível de emprego na indústria paulista: ele já está igual ao de 1973, e o desemprego continua aumentando. "Há um custo de produção e emprego e um custo patrimonial — acrescenta Serra — em termos de capital que se dissipam. E a recessão conspira contra."

A mesma crítica à recessão esteve presente seja no programa do PMDB seja no Documento dos Empresários, produzido pelo "Fórum Gazeta Mercantil". Há, portanto, uma unanimidade contra a recessão, vontade política de retomar o crescimento econômico como meio de reduzir o problema social e devolver confiança ao País. Mas isto é possível, do ponto de vista econômico? Infelizmente, a esse respeito não existe a mesma unanimidade.

Em palestra que proferiu em São Paulo há duas semanas, promovida pela Abrasca-Associação Brasileira das Companhias Abertas, o professor Paulo Roberto Nunes Guedes, da PUC-Rio e diretor do IBMEC — Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais —, considera que o universo macroeconômico não permite uma retomada, mas no máximo um crescimento entre 1 e 2%, nos próximos dois anos. "O País cresce o quanto pode, e não o quanto quer. O crescimento é um fenômeno real, de longo prazo, depende dos recursos naturais, da acumulação de capital, da qualificação da mão-de-obra, da tecnologia."

— O Brasil — prossegue Guedes — está ainda no meio do choque do petróleo. A moderna teoria econômica sugere que o ambiente para permitir uma retomada é formado por taxas de juros baixas, inflação baixa, política cambial estável — sem as seis mudanças que ocorreram nos últimos tempos. A instabilidade é desastrosa.

O professor da PUC-Rio não aceita a tese da expansão monetária, devido ao risco de argentinização (ou seja, do processo econômico dos últimos anos que conjugou expansão monetária com inflação elevadíssima em troca de pequeno crescimento econômico). "É preciso escolher entre um biênio de austeridade — afirma, manifestando simpatia pela idéia de tratamento de choque proposta por Bulhões — e uma década de argentinização, com empobrecimento brutal do País, recordando-se que na nação vizinha um engenheiro ganha menos do que um operário brasileiro."

Credibilidade

O professor Carlos Longo, da Universidade de São Paulo, coloca também em dúvida a viabilidade de uma retomada: "O problema de hoje é essencialmente político, envolvendo credibilidade. A solução técnica não envolve muita elaboração".

— Matematicamente, o País não tem condições de servir a dívida externa — argumenta Longo. — É uma questão de aritmética. Se quisermos só rolar os juros, vamos apenas premiar a acumulação passada daqueles que há dez anos põem dinheiro no Brasil. O credor ganha e o devedor perde. Considerando-se se é lógico que o ajustamento seja unilateral, acho injusto e principalmente impossível ou falta de realismo aumentar as exportações para servir a dívida. Ou seja: a taxa de juros externa terá que ser quebrada, e não somente o spread. Os bancos terão que aceitar um prejuízo, e a solução para a renegociação, portanto, passa a ser política.

— A negociação política — afirma o professor da USP, recém-chegado de um período de estudos nos Estados Unidos — envolve uma ruptura em relação às políticas até aqui praticadas, inclusive do ponto de vista do passado histórico recente. Até agora não reconhecemos que erramos. É preciso não ter medo de discutir o passado. Simultaneamente, recorda-se que para essa negociação deverão entrar bancos centrais e privados, passando pelo FMI, envolvendo dois estágios: 1)



José Serra, secretário do Planejamento de São Paulo; a renda per capita caiu de 12 a 14%.

operacional, via FMI e Clube de Paris, mas sabendo quem vai reconhecer os erros passados; 2) há que ver a incidência da carga de juros, que recairá sobre os acionistas dos bancos e os contribuintes dos países credores.

Longo mostra a seguir que 80% da dívida externa está direta ou indiretamente com o Estado brasileiro, e desta forma, ante o risco de inadimplência interna, o que está ocorrendo é um subsídio a quem deve ao Exterior, financiado pelo Orçamento Monetário. "Isto força o incremento da base monetária que, para ser contido, leva o governo a apoiar-se na colocação de títulos de curto prazo — as LTNs."

— Ai está a relação — prossegue Longo — entre dívida externa e déficit do orçamento consolidado, o que pressiona o mercado de crédito, com taxas de juros excessivamente elevadas. Uma taxa real de juros de 30% não permite nenhum investimento. Sem investimento, em face da taxa de juros, e com essa taxa determinada pela pressão do déficit orçamentário global, é uma temeridade pensar em retomada. É o caminho mais certo para uma hiperinflação.

Saída

Para achar a saída, Carlos Longo acha que em primeiro lugar "é preciso reconhecer que o governo está falido, não tem qualquer cacoete. Um dos caminhos é sair do mercado de títulos, deixar de pressionar o mercado de crédito e renegociar toda a dívida interna. Isto levaria a uma queda da taxa de juros interna, com liberação de crédito para os bancos, substituindo por empréstimos as aplicações no overnight. É preciso ver, porém, que não se trata de uma panacéia, mas uma condição necessária. Envolve uma negociação com os bancos. Será preciso estudar caso a caso. Haveria uma contrapartida importante com a aplicação de mais compulsório pelos bancos".

— A estabilidade financeira do sistema é aspecto básico. É preciso retomar antes de tudo a credibilidade. Reduzir mais o nível de atividade pode aproximar-nos da ruptura. Mas, com o repúdio da política adotada nos últimos dois anos, é possível criar condições para uma retomada. Isto se deve também a que o governo não tem hoje condições de fazer uma reforma tributária, seja para elevar impostos, seja para reduzir as despesas tradicionais do Estado. Mas naturalmente, nesse quadro, as empresas públicas devem remediar sua posição de caixa via tarifas.

Antes renegociar

Para o economista Ruben Darío Almonacid, professor adjunto da USP, qualquer hipótese de retomada deve partir do fato de que o Brasil "não pode pagar a dívida externa nas condições pactuadas", sendo necessário ajustar "condições decentes de negociação" conjugadas com o compromisso de que as exportações brasileiras paguem os débitos.

Almonacid considera um equívoco afirmar que o salário real está elevado, argumentando que é "o desemprego que determina o salário real e não o contrário". Afirma também que o déficit público é consequência e não causa dos problemas, como a recessão, as taxas de juros elevadíssimas e a necessi-

dade de proteger os setores agrícola e de exportação. "Sonha-se com um diagnóstico de 10 anos atrás" — diz Almonacid.

O professor da UPS acha que a procura por ativos em dólares, como moeda e ouro, é consequência da política econômica que desmotivou fortemente o cruzeiro. Ele condena tanto a existência de juros por um dia, no mercado aberto, superiores aos de aplicações a prazo mais dilatado, quanto a subestimação da correção monetária, que situada abaixo da inflação, desestimula a poupança financeira.

Almonacid rejeita fazer hoje somente expansão monetária para tentar uma retomada econômica — "isoladamente, seria uma proposta inflacionária e não desenvolvimentista" — porém defende o conceito de liquidez real, considerando que a redução histórica da expansão da base monetária em relação à inflação só provoca a desmonetarização da economia. Admite que sua tese tem um componente "herético" em relação à doutrina econômica, mas que deveria ser estudada simultaneamente a mudanças nas políticas monetária, cambial, de subsídios e tributária. Almonacid, crítico em relação à política para a dívida pública, é a favor de maior taxa de desvalorização do cruzeiro e menos subsídios e, além disso, menor carga de impostos. "O déficit público tenderá a cair com a recuperação da economia e com menos juros" — afirma.

Impedimentos

Para o secretário do Planejamento, José Serra, as razões para não crescer são o risco de mais inflação, agravamento das contas externas e a crítica dos credores internacionais. "Só que não crescer não resolve nenhum desses problemas — a inflação é a mais alta da história, as contas externas estão deterioradas e não se pode falar que a credibilidade é elevada."

— Quando se vê a futilidade da recessão, fica-se cético quanto a ela, indagando-se: se se tivesse mantido um certo crescimento, estariamos em situação pior?

Para uma retomada, Serra propõe afrouxar a política monetária, recordando que "a liquidez real tem crescido a taxas negativas há muito tempo. Os monetaristas recorrem agora à idéia da variação da taxa de crescimento da liquidez real. Eles acham que isto causa inflação mas é uma bobagem. Eu nunca vi ninguém demonstrar como isto seria possível".

Economista da Unicamp, Serra defende também uma reativação dos gastos na área social, enquanto a política monetária torna-se passiva. O crescimento "seletivo", em sua opinião, basear-se-ia em critérios de retorno rápido, poupança de importações e essencialidades de produção.

— Paralelamente — adverte — é preciso uma reforma no sistema financeiro, com mecanismos que permitam a desvalorização da dívida interna, desdolarização da economia, reforma cambial separando a taxa comercial da financeira, ainda que temporariamente. Isto poderia manter um preço vantajoso para exportações sem onerar proporcionalmente os custos financeiros dos devedores em moeda externa. O melhor caminho seria deixar ao BC o risco cambial, o que não implica saídas fiscais, como para o trigo ou outros produtos básicos.

— Além disso — acrescenta — são necessárias medidas tributárias de emergência, para aumentar a receita sobre o setor dos Estados e municípios. É preciso fazer uma revisão do papel das estatais na economia — com sua extinção eventual ou passagem para o setor privado. E é preciso planejar o investimento público e orientar o investimento privado.

— Eu não proponho explosão monetária, mas uma política passiva — na qual a quantidade de moeda cresceria atrás dos preços. O remédio da recessão prolongada é aquele que Keynes acusava de matar o doente. Acho que em um semestre seria possível iniciar uma retomada, com maior expansão monetária, adoção de uma política de rendimentos e de correção monetária, com controle dos preços, aliada à alta credibilidade na política econômica — conclui o secretário do Planejamento.